



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 1 de abril de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

BALANÇO PATRIMONIAL 2025 - HR VALE DO PARAÍBA

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial

SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO

GESTOR DO HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA

CNPJ: 60.975.737/0072-45

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em reais)

HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo) CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45 BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Reais)							
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	2.2 (a) /3	15.379.637,40	19.335.935,43	Fornecedores	2.2 (c) /8	9.272.131,18	10.400.499,60
Contas a Receber de Convênio e SUS	2.2 (c) /4	25.584.906,02	23.543.808,91	Obrigações trabalhistas	2.2 (c) /9	12.386.441,27	12.158.859,38
Direitos a Faturar (CPC47)	2.2 (c) /4	6.219.695,77	5.665.065,97	Obrigações sociais	2.2 (c) /10	1.210.652,21	1.141.975,76
Outros Créditos	2.2 (c) /5	498.559,30	169.754,01	Obrigações fiscais	2.2 (c) /11	1.371.942,38	1.316.966,11
Estoques	2.2 (b) /6	5.682.525,02	5.713.615,11	Outras obrigações	2.2 (c) /12	12.556.809,09	12.330.965,11
Despesas Antecipadas	2.2 (c)	20.713,65	25.095,69				
Total do Ativo Circulante		53.386.037,16	54.453.275,12	Total do Passivo Circulante		36.797.976,13	37.349.265,96
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Contas a Receber	2.2 (c) /4	155.253,33	215.028,90	Provisões p/demandas judic. trabalhistas	13	2.278.838,09	1.553.042,60
Depósitos judiciais	2.2 (c) /4	2.001.057,59	1.958.044,28	Provisões p/demandas judic. cíveis	13	2.475.562,35	2.089.168,00
Imobilizado + Intangível				Total do Passivo Não Circulante		4.754.400,44	3.642.210,60
Imobilizado - Gestão Pública	2.2 (e) /7	78.148.427,81	75.935.535,12	Patrimônio Líquido			
(-) Depreciação Acumulada	2.2 (e) /7	(59.264.437,80)	(55.516.719,23)	Patrimônio Social	2.2 (g)	37.613.782,11	39.093.027,33
Intangível - Gestão Pública	2.2 (e) /7	1.432.987,63	1.379.725,52	Transferências/ Comodato	2.2 (g)	-	32.410,63
(-) Amortização Acumulada	2.2 (e) /7	(1.320.162,89)	(1.270.586,71)	Resultado do Exercício	2.2 (f)	(4.626.995,85)	(1.511.655,85)
Imobilizações em andamento	2.2 (e) /7	-	1.450.955,67	Total do Patrimônio Líquido		32.986.786,26	37.613.782,11
Total do Ativo Não Circulante		21.153.125,67	24.151.983,55	Total do Passivo + Patrimônio Líquido		74.539.162,83	78.605.258,67
Total do Ativo		74.539.162,83	78.605.258,67				

As notas explicativas fazem parte destas demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA			
(Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo)			
CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024			
(Em Reais)			
Receitas - Saúde	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Operacionais			
Receitas - Convênios/Particulares	17	93.167.881,74	104.945.044,40
(-) Glosas - Convênios/Particulares	17	(2.992.479,12)	(2.972.290,40)
Receitas Direitas a Faturar (CPC 47)	17	554.629,80	(592.031,99)
Receitas - SUS		86.435.547,92	88.066.555,36
(-) Glosas - SUS		(10.187.191,89)	(10.652.290,19)
Receitas - Convênio Estadual - Secretaria da Saúde		92.084.856,00	88.866.070,37
Gratuidades			
Custo Gratuidades Concedidas	14	73.267.236,80	78.389.948,60
(-) Isenção Gratuidades Concedidas	14	(73.267.236,80)	(78.389.948,60)
(=) Receita Operacional Líquida	14	259.063.244,45	267.661.057,55
Custos - Saúde			
(-) Custo dos Serviços Prestados		(240.271.726,18)	(250.398.454,40)
(-) Isenções das Contribuições Previdenciárias/Sociais			
Custo das Contribuições Previdenciárias	14	21.749.871,92	21.251.366,15
(-) Isenção das Contribuições Previdenciárias	14	(21.749.871,92)	(21.251.366,15)
Custo COFINS	14	10.795,303,41	11.357.968,72
(-) Isenção COFINS	14	(10.795,303,41)	(11.357.968,72)
Custo CSLL	14	0,00	0,00
(-) Isenção CSLL	14	0,00	0,00
(=) Superávit Bruto		18.791.518,27	17.262.603,15
(+/-) Despesas Administrativas			
Custos com Pessoal		(22.968.895,71)	(22.186.757,69)
Serviços de Terceiros		(913.839,27)	(1.023.533,16)
Materiais Médicos não Reembolsáveis		(403.102,45)	(465.242,99)
Impostos, Taxas e Contribuições		(14.509,78)	(23.040,71)
Gerais		(4.734.397,47)	(4.637.261,91)
(=) Subtotal		(10.243.226,41)	(11.073.233,31)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais			
Receitas com Doações	17	5.629.946,14	5.853.399,76
Receitas Diversas	17	1.434.212,80	5.571.806,85
Subvenções	14	1.149.000,00	2.870.744,48
Despesas Diversas		(5.038.523,79)	(6.586.629,58)
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas		(7.068.591,26)	(3.363.911,80)
(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas com Saúde			
Receitas Financeiras	17	2.606.181,97	1.992.208,88
Despesas Financeiras		(164.586,56)	(139.952,93)
(=) Subtotal		2.441.595,41	1.852.255,95
(=) Déficit / Superávit do Exercício	2.2(f)	(4.626.995,85)	(1.511.655,85)
As notas explicativas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA			
(Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo)			
CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em Reais)			
Descrição	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) do Exercício	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2023	38.368.544,68	724.482,65	39.093.027,33
Incorporação do Resultado anterior ao Patrimônio Social	724.482,65	(724.482,65)	-
Déficit do Exercício	-	(1.511.655,85)	(1.511.655,85)
Transferências / Comodato	32.410,63	-	32.410,63
Saldos em 31/12/2024	39.125.437,96	(1.511.655,85)	37.613.782,11
Incorporação do Resultado anterior ao Patrimônio Social	(1.511.655,85)	1.511.655,85	-
Déficit do Exercício	-	(4.626.995,85)	(4.626.995,85)
Saldos em 31/12/2025	37.613.782,11	(4.626.995,85)	32.986.786,26
As notas explicativas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras			

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA		
(Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo)		
CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS		
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024		
MÉTODO INDIRETO (em Reais)		
	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit / Superávit do Exercício	(4.626.995,85)	(1.511.655,85)
Ajustes no resultado para conciliar o caixa:		
Depreciação e amortização	5.004.178,93	5.085.435,08
Baixa líquida de imobilizado e intangível	82.462,26	-
Transferências recebidas	-	32.410,63
Resultado ajustado	459.645,34	3.606.189,86
Aumento ou Redução de Ativos e Passivos		
Redução / (Aumento) do Realizável Circulante	(2.924.532,20)	700.681,63
Redução / (Aumento) de Estoques	31.090,09	1.214.288,33
Redução / (Aumento) de Desp. Do Exercício Seguinte	4.382,04	(13.013,15)
Redução / (Aumento) do Realizável Não Circulante	16.762,26	252.492,89
(Redução) / Aumento de Fornecedores	(1.128.368,42)	2.141.974,73
(Redução) / Aumento de Obrigações Trabalhistas	227.581,89	145.621,87
(Redução) / Aumento de Obrigações Sociais	68.676,45	(31.527,99)
(Redução) / Aumento de Obrigações Tributárias	54.976,27	(21.248,69)
(Redução) / Aumento de Outras Obrigações	225.843,98	(2.196.587,58)
(Redução) / Aumento do Exigível Não Circulante	1.112.189,84	(3.276.998,60)
Total dos Aumentos/Redução de Ativos e Passivos	(2.311.397,80)	(1.084.316,56)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	(1.851.752,46)	2.521.873,30
Atividades de investimentos		
Aquisição do Ativo Imobilizado	(2.047.590,67)	(2.903.950,59)
Aquisição do Ativo Intangível	(56.954,90)	(8.650,90)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(2.104.545,57)	(2.912.601,49)
Atividades de financiamentos		
(Redução) / Aumento dos Empréstimos Circulante	-	(2.811,20)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	-	(2.811,20)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(3.956.298,03)	(393.539,39)
Demonstrado como segue:		
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	19.335.935,43	19.729.474,82
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	15.379.637,40	19.335.935,43
Variação de Caixa e equivalentes de caixa	(3.956.298,03)	(393.539,39)
As notas explicativas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras		

HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA

ADMINISTRADO PELA

SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO

(Convênio entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo

e a Sociedade Beneficente São Camilo

SPDOC nº 862257/2020 de 01/07/2020)

C.N.P.J. 60.975.737/0072-45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (Matriz)**, mantenedora do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (filial)**, é pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como instituição filantrópica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 17 de julho de 1923 e registrada no Conselho Nacional do Serviço Social, processo nº 23.065/38, em 02 de novembro de 1938.

A **Sociedade Beneficente São Camilo** tem as seguintes finalidades:

1. Prestar assistência à saúde a quantos buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra condição, prestando serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor.
2. Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas, faculdades e outros cursos e franqueá-los a quem de direito os procurar; podendo oferecer bolsas de estudo e financiar atividades que visem o preparo de recursos humanos na área da saúde.
3. Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias;
4. Prestar serviços de assistência social ao menor, através de creches e maternais.

Este é um hospital geral voltado para a média e alta complexidade, com sede na cidade de Taubaté, tendo como perfil principal o atendimento cirúrgico, contando atualmente com 249 leitos e corpo clínico com 787 médicos cadastrados, o que o torna referência para 39 municípios do Estado de São Paulo.

O **Hospital Regional do Vale do Paraíba** manteve o convênio SPDOC nº 862257/2020 com prazo de vigência de cinco anos, iniciando em 01/07/2020, com aditivos de retificação entre a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** e a **Sociedade Beneficente São Camilo**.

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, requeridas para o período findo em 31 de dezembro de 2025, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 (R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas uniformemente na preparação das Demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada devido não haver resultados nestas características.

BASE DE PREPARAÇÃO

1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos. A elaboração das demonstrações financeiras foi concluída pela administração em 31 de janeiro de 2026.

1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

1. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação das perdas estimadas de créditos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas inicialmente com base no custo histórico.

• 1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras e em contas de caderneta de poupança mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha.

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações em contas de caderneta de poupança são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

1. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado e, em geral, compreendem os materiais na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.).

1. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos

correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

1. Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

A Entidade avalia periodicamente o efeito desse ajuste. Nesse exercício não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem para serem ajustadas a valor presente.

1. Imobilizado e Intangível

Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação/amortização acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado por bem.

As taxas de depreciação em uso estão apropriadas, em relação aos níveis de utilização dos ativos.

Ressalte-se que todos os bens móveis adquiridos ou através de doações com verbas de investimentos e verbas de recursos próprios, pertencem ao poder público - "Governo do Estado de São Paulo".

1. Apuração do resultado do exercício

As receitas, custos e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

1. Patrimônio Líquido

O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

1. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da imunidade tributária, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, amparada nos artigos 150, inciso VI, letra "C" e 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988.

1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa geral (Rec. Próprio) Sem restrição	2.000,00	2.000,00
Contas correntes (Rec. Próprio) Sem Restrição	178,75	1.764,60
Aplicações Financ. (Rec. Público) Com Restrição	9.041.188,13	12.023.551,97
Aplicações Financ. (Rec. Próprio) Sem Restrição	6.336.270,52	7.308.618,86
	15.379.637,40	19.335.935,43

Os recursos de aplicações financeiras são rentabilizados por Caderneta de Poupança e por Fundo de Investimento de Renda Fixa Curto Prazo Absoluto do Banco do Brasil.

1. CRÉDITOS COM PACIENTES E CONVÊNIOS

Ativo Circulante	31/12/2025	31/12/2024
Créditos com Pacientes Particulares	1.538.480,11	1.099.786,02
Créditos com Pacientes Convênios	15.326.566,46	14.876.345,78
Créditos de Convênio Estadual	-	600.000,00
Créditos de Pacientes do SUS	9.853.514,98	7.998.504,71
(-) Perdas Estimadas de Créditos	(1.133.655,53)	(1.030.827,60)
	25.584.906,02	23.543.808,91
Direitos a Faturar - CPC 47 (a)	6.219.695,77	5.665.065,97
	31.804.601,79	29.208.874,88

Ativo Não Circulante	31/12/2025	31/12/2024
Crédito com Pacientes – Longo Prazo	16.987.335,04	16.915.642,55
Outras Cobranças	40.000,00	40.000,00
(-) Perdas Estimadas de Créditos	(16.872.081,71)	(16.740.613,65)
Subtotal	155.253,33	215.028,90
Depósitos Judiciais	2.001.057,59	1.958.044,28
	2.156.310,92	2.173.073,18

As Perdas Estimadas de Créditos foram avaliadas por vencimento e consideradas suficientes pela administração.

- Os Direitos a Faturar (CPC 47) se referem à efetiva produção em 2025, cujas contas de pacientes sofrerão o faturamento na próxima competência.

2. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Circulante	31/12/2025	31/12/2024
Créditos de Funcionários	497.859,50	166.167,93
Outros Créditos	699,80	3.586,08
	498.559,30	169.754,01

1. ESTOQUES

Estoques	31/12/2025	31/12/2024
Drogas e Medicamentos	2.960.063,22	2.424.717,17
Materiais de uso paciente	1.472.664,67	1.735.210,96
Gêneros Alimentícios	69.783,87	45.842,62
Produtos de Limpeza	76.884,68	87.007,35
Impressos Mat. de Expediente	36.482,97	68.733,35
Materiais de Laboratório	223.599,83	243.273,76
Materiais Especiais	449.776,03	636.820,67
Outros Materiais	393.269,75	472.009,23
	5.682.525,02	5.713.615,11

1. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL – GESTÃO PÚBLICA

Imobilizado

Imobilizado – Gestão Pública	31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2025	Taxa de Deprec.
Benfeitorias Imóveis de 3ºs.	29.682.099,89	-	-	-	29.682.099,89	4% a.a.
Móveis e Máquinas	14.540.477,83	468.642,15	(317.272,09)	(63.499,40)	14.628.348,49	10% a.a.
Apar. e Instr. de Med. e Cirurgia	25.990.998,41	1.299.368,60	(823.952,11)	-	26.466.414,90	20% a.a.
Equip. de Proc. Dados	3.069.874,76	122.050,48	(119.634,63)	63.499,40	3.135.790,01	20% a.a.
Equip. de Laboratório	192.130,76	2.599,30	(7.475,07)	-	187.254,99	20% a.a.
Instalações	1.255.486,14	6.355,60	-	1.523.903,18	2.785.744,92	10% a.a.
Biblioteca	29.385,88	-	-	-	29.385,88	10% a.a.
Outras Imobilizações	1.094.181,45	75.627,03	(17.319,75)	-	1.152.488,73	10% a.a.
Veículos	80.900,00	-	-	-	80.900,00	20% a.a.
Total	75.935.535,12	1.974.643,16	(1.285.653,65)	1.523.903,18	78.148.427,81	
(-) Depreciação acumulada	(55.516.719,23)	(4.951.000,51)	1.203.281,94	-	(59.264.437,80)	
(=) Imobilizado – líquido	20.418.815,89	(2.976.357,35)	(82.371,71)	1.523.903,18	18.883.990,01	

Imobilizações em andamento	31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2025
Imobilizações em andamento	1.450.955,67	72.947,51	-	(1.523.903,18)	0,00
(=) Total	1.450.955,67	72.947,51	-	(1.523.903,18)	0,00

Intangível

Intangível – Gestão Pública	31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2025	Taxa de Amort.
Software	1.379.725,52	56.954,90	(3.692,79)	-	1.432.987,63	20% a.a.
(-) Amortização acumulada	(1.270.586,71)	(53.178,42)	3.602,24	-	(1.320.162,89)	
(=) Intangível – líquido	109.138,81	3.776,48	(90,55)	-	112.824,74	

1. FORNECEDORES

Fornecedores	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	3.327.218,47	3.377.078,41
Fornecedores de Serviços Médicos	107.447,32	60.716,67
Fornecedores de Serviços Diversos	454.427,37	488.952,56
Fornecedores de Imobilizado	36.077,14	225.988,12
Fornecedores de Materiais Especiais	3.119.171,82	4.208.686,37
Fornecedores de Materiais Diversos	2.227.789,06	2.039.077,47
Fornecedores	9.272.131,18	10.400.499,60

1. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Obrigações – Saúde	31/12/2025	31/12/2024
Ordenados a Pagar	4.581.701,36	4.597.612,04
Provisão de Férias e Encargos	7.804.739,91	7.561.247,34
Obrigações Trabalhistas	12.386.441,27	12.158.859,38

1. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Obrigações – Saúde	31/12/2025	31/12/2024
FGTS a Recolher	741.454,56	720.949,50
INSS a Recolher	462.598,06	406.540,87
INSS a Recolher de Terceiros	2.889,56	9.392,48
Outras Obrigações Sociais	3.710,03	5.092,91
Obrigações Sociais	1.210.652,21	1.141.975,76

1. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Obrigações – Saúde	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a Recolher	943.121,44	984.430,92
IRRF a Recolher de Terceiros	79.839,01	57.923,26
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	255.572,43	188.896,73
ISS na Fonte a Recolher	93.409,50	85.715,20
Obrigações Fiscais	1.371.942,38	1.316.966,11

1. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações – Saúde	31/12/2025	31/12/2024
Honorários Médicos a Pagar	8.757.479,42	9.336.246,55
Contas a Pagar	2.796.774,94	2.180.155,49
Empréstimos a Repassar	336.388,76	479,83
Subvenções a Realizar	630.785,33	742.072,66
Outras Obrigações	35.380,64	72.010,58
Outras Obrigações – Circulante	12.556.809,09	12.330.965,11

1. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A administração do Hospital efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão de acordo com os critérios determinados pela administração, incluindo bases históricas. Para fins de divulgação, os riscos de perda provável e possível correspondem a:

Parecer Jurídico - Processos Judiciais		
Risco de Perda	R\$	Situação
Risco Provável – Processos Trabalhistas	2.278.838,09	Registrado
Risco Provável – Processos Cíveis	2.475.562,35	Registrado
Risco Possível - Processos Trabalhistas	5.265.226,62	Divulgação
Risco Possível - Processos Cíveis	1.731.659,43	Divulgação

1. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

O Hospital mantém controles que demonstram no exercício de 2025 o cumprimento do percentual de 76,14% de atendimento à pacientes do SUS, medido por paciente-dia, cumprindo o determinado pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010 e Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS e Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016 que dispõem sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE):

Entidade:	SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO			
SISTEMA AIH/CIHA – 2025				
MÊS	AIH - SUS E GRATUITOS	CIH	TOTAL MENSAL	%SUS
Janeiro	4.392	1.359	5.751	76,37%
Fevereiro	4.206	1.229	5.435	77,39%
Março	4.777	1.295	6.072	78,67%
Abril	4.607	1.340	5.947	77,47%
Maiο	4.631	1.522	6.153	75,26%
Junho	4.484	1.357	5.841	76,77%
Julho	5.008	1.712	6.720	74,52%
Agosto	4.515	1.802	6.317	71,47%
Setembro	4.854	1.652	6.506	74,61%
Outubro	5.323	1.590	6.913	77,00%
Novembro	4.695	1.419	6.114	76,79%
Dezembro	4.938	1.402	6.340	77,89%
Total Geral	56.430	17.679	74.109	76,14%

Em atendimento às normas específicas que regem as entidades assistenciais de saúde, a demonstração de resultados reflete também os seguintes dados:

Gratuidades:

Tomando como base os critérios e premissas para cálculo da gratuidade de acordo com as exigências legais, os recursos financeiros do Hospital Regional do Vale do Paraíba no desenvolvimento dos serviços de saúde voltados ao atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, são destinados à assistência integral à saúde de forma inteiramente gratuita. A aprovação dos cálculos bem como das premissas e quantidades de atendimentos informados utilizados pela Entidade, vincula-se às prestações futuras junto ao CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social.

Considerando os requisitos para obtenção da concessão ou renovação do CEBAS (Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021), as pessoas jurídicas qualificadas poderão comprovar sua condição de beneficente, para fins de certificação, através da aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida e/ou o percentual de atendimento ao SUS acima do limite de 60% (sessenta por cento).

Durante o ano de 2025, o montante da gratuidade foi de R\$73.267.236,80 (em 2024 totalizou R\$78.389.948,60), sendo respectivamente 27,15% e 27,61% das Receitas totais demonstradas no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com Saúde	272.242.915,46	281.285.638,14
(-) Glosas – SUS / Convênios	(13.179.671,01)	(13.624.580,59)
(=) Receitas Operacionais com Saúde	259.063.244,45	267.661.057,55
(+) Receitas Subvenções e Rend. s/Aplic. Financeiras	1.149.000,00	2.870.744,48
(+) Doações	5.629.946,14	5.853.399,76
(+) Receitas Financeiras	2.606.181,97	1.992.208,88
(+) Outras Receitas Operacionais	1.434.212,80	5.571.806,85
(=) Receita Total	269.882.585,36	283.949.217,52

Isonções das Contribuições Previdenciárias/Sociais: representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercíco, que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades filantrópicas, conforme a Lei nº 12.101 de 27/11/2009, Decretos nº 7.237/2010 de 20/07/2010 e nº 7.300/2010 de 14/09/2010, estando assim compostas:

Isonções Usufruídas	31/12/2025	31/12/2024
INSS – Quota Patronal	21.749.871,92	21.251.366,15
COFINS	10.795.303,41	11.357.968,72
CSLL	-	-
Total	32.545.175,33	32.609.334,87

1. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Entidade é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde – CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria MS nº 622, de 05 de julho de 2012.

Para o triênio iniciado em 01/01/2019, o certificado foi deferido de acordo com SEI nº 25000.158910/2025-78 e Portaria SAES/MS nº729, de 08/09/2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 13/09/2023, com validade de 01/01/2019 a 31/12/2021.

Em 30/11/2021, foi protocolado tempestivamente, o requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.175559/2021-56, o qual se encontra em análise para o período de 01/01/2022 a 31/12/2024.

Informamos ainda que a entidade possui outro processo em curso no Departamento, registrado pelo SEI nº 25000.192202/2024-85, protocolado em 18/12/2024, o qual se encontra aguardando decisão final do processo anterior.

A Receita Federal do Brasil, por meio da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17/10/2022, dispõe, em seu artigo 188 sobre o *exercíco da imunidade*:

“Art. 188. Observado o disposto nos arts. 186 e 187, o direito à imunidade poderá ser exercido pela entidade beneficente de assistência social a partir do cumprimento dos requisitos previstos na legislação específica, independentemente de requerimento à RFB. (Lei nº 12.101, de 2009, art. 31; e STF, ADI nº 4.480/DF, de 2020)

§ 1º A imunidade das contribuições sociais previdenciárias usufruída pela entidade é extensiva às suas dependências e estabelecimentos, e às obras de construção civil, quando por ela executadas e destinadas a uso próprio.”

Até o encerramento dessas demonstrações financeiras, como os pedidos de renovações não foram concluídos, a Entidade está amparada no disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, que estabelece: **“A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”.**

1. SUBVENÇÕES – TERMOS ADITIVOS

Em 2025 a Entidade movimentou os repasses dos Termos Aditivos a seguir.

Termos Aditivos de Investimentos pertinentes a 2022, 2024 e 2025

A Entidade movimentou Termos Aditivos de investimentos, conforme segue:

- Termo Aditivo nº 06/2022, recebido em 11/11/2022 no valor de R\$ 600.654,00, visando a transferência de recurso financeiro para investimentos estabelecidos por emenda parlamentar para o hospital. O recurso tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do Convênio com a SES;
- Termo Aditivo nº 07/2022 recebido em 29/12/2022 no valor de R\$1.356.612,88 visando a transferência de recurso financeiro para execução de adequações estruturais para obtenção de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) do hospital. O recurso tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do convênio com a SES;
- Termo Aditivo nº 05/2024 apropriado em 31/12/2024 no valor de R\$300.000,00 visando a aquisição de equipamentos para o hospital. O recurso tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do convênio com a SES;
- Termo Aditivo nº 03/2025 recebido em 01/08/2025 no valor de R\$1.150.000,00 visando a aquisição de um mamógrafo para o hospital. O recurso tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do convênio com a SES.

Os recursos recebidos foram acrescentados aos saldos remanescentes do exercício anterior e devidos rendimentos de aplicações financeiras, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	T.A. 06/2022	T.A. 07/2022	T.A. 05/2024	T.A. 03/2025	TOTAL
Repasso das verbas	600.654,00	1.356.612,88	-	-	1.957.266,88
(+) Rendimentos	7.278,68		-	-	7.278,68
(=) Saldo 31/12/2022	607.932,68	1.356.612,88	-	-	1.964.545,56
(+) Rendimentos	13.966,62	151.573,48	-	-	165.540,10
(-) Utilização da verba	585.658,00	371.293,76	-	-	956.951,76
(=) Saldo 31/12/2023	36.241,30	1.136.892,60	-	-	1.173.133,90
Apropriação T.A. 05/2024	-	-	300.000,00	-	300.000,00
(+) Rendimentos	3.471,86	45.128,92	-	-	48.600,78
(-) Utilização da verba	-	1.079.662,02	-	-	1.079.662,02
(=) Saldo 31/12/2024	39.713,16	102.359,50	300.000,00	-	442.072,66
Devolução à SES/SP	-	-	300.000,00	-	300.000,00
(+) Apropr T.A. 03/2025	-	-	-	1.150.000,00	1.150.000,00
(+) Rendimentos	5.135,88	13.237,57	-	51.139,99	69.513,44
(-) Utilização da verba	-	-	-	1.149.000,00	1.149.000,00
(=) Saldo 31/12/2025	44.849,04	115.597,07	-	52.139,99	212.586,10

Termos Aditivos de Custeio pertinentes a 2024 e 2025

A Entidade movimentou Termos Aditivos de custeio em 2025, conforme segue:

- Termo Aditivo nº 05/2024 apropriado em 31/12/2024 no valor de R\$300.000,00 visando repasse de recurso financeiro de custeio Federal estabelecido pela Portaria 2.624/2020 – RENAVEH, para o hospital. O recurso tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do convênio com a SES;
- Termo Aditivo nº 04/2025 recebido em 30/12/2025 no valor de R\$100.000,00 visando repasse de recurso financeiro de custeio estadual estabelecido pela Emenda Parlamentar Estadual (2025.286.64653) para o Hospital Regional do Vale do Paraíba.

Os repasses recebidos foram acrescentados aos devidos rendimentos de aplicações financeiras, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	T.A. 05/2024	T.A. 04/2025	TOTAL
Apropriação T.A. 05/2024	300.000,00	-	300.000,00
(=) Saldo 31/12/2024	300.000,00	-	300.000,00
Recebimento T.A. 04/2025	-	100.000,00	100.000,00
(+) Rendimentos	18.199,23	-	18.199,23
(=) Saldo 31/12/2025	318.199,23	100.000,00	418.199,23

1. RECEITAS OPERACIONAIS

O Hospital Regional do Vale do Paraíba demonstra e apresenta para a Secretaria de Estado da Saúde o Relatório trimestral sobre a posição contabilizada das receitas procedentes de serviços, alheios ao presente instrumento:

Em Reais – Oculto os centavos

17 - RECEITAS OPERACIONAIS 2025 (Receitas Alheias)													
ANO 2025	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			TOTAL
MESES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
DEMAIS RECEITAS	7.318.953	7.299.282	7.557.967	7.261.180	8.786.025	7.938.839	9.179.350	7.735.268	9.029.815	8.471.553	7.402.432	8.379.313	96.359.977
Particulares	495.381	150.185	50.223	280.989	103.654	28.775	404.910	113.242	53.843	74.339	55.183	332.858	2.143.582
Conv. Privados (-) Glosas (+) Direitos a Faturar (CPC 47)	5.980.883	6.981.273	7.096.408	6.754.189	8.099.915	6.934.253	8.183.783	7.607.977	8.287.623	8.397.214	7.327.365	6.935.567	88.586.450
Doações Mat. Med. Imob.	842.689	167.824	411.336	226.002	582.456	975.811	590.657	14.049	688.349	0	19.884	1.110.888	5.629.945
RECEITAS DIVERSAS	74.708	196.755	159.094	146.941	151.257	153.611	73.231	72.750	148.974	91.400	81.735	83.758	1.434.214
Ganhos de Capital	0	0	0	0	0	0	0	305	723	13.589	2.503	17.293	34.413
Recuperações Diversas	36.645	35.050	30.729	31.401	42.425	33.534	33.627	27.204	30.197	30.809	29.874	24.843	386.338
Outras Receitas Diversas	5.606	3.920	14.626	12.664	5.066	4.444	7.965	6.385	71.926	18.606	13.658	14.110	178.976
Glosas Recuperadas	7.457	132.785	88.739	77.876	78.766	90.633	4.139	11.356	18.628	896	8.200	12	519.487
Convênio com UNITAU	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	27.500	27.500	27.500	27.500	27.500	27.500	315.000
RECEITAS FINANCEIRAS	194.915	166.662	190.604	242.123	254.277	198.149	233.452	199.850	234.344	245.845	196.883	249.078	2.606.182
Rendimentos de Aplicações	160.027	151.734	162.493	194.258	186.740	183.555	226.132	197.085	208.292	226.896	193.762	208.094	2.299.068
Juros e Correções Mon.	34.367	14.210	27.620	46.415	66.928	14.495	7.320	2.765	24.323	14.854	3.121	37.537	293.955
Descontos Obtidos	521	718	491	1.450	609	99	0	0	1.729	4.095	0	3.447	13.159
TOTAL POR MÊS	7.588.576	7.662.699	7.907.665	7.650.244	9.191.559	8.290.599	9.486.033	8.007.868	9.413.133	8.808.798	7.681.050	8.712.149	100.400.373
TOTAL POR TRIMESTRE	23.158.940			25.132.402			26.907.034			25.201.997			100.400.373

1. APLICAÇÕES DE RECURSOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

1. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dadas sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores

independentes.

1. COMPROMISSOS

No encerramento do exercício de 2025 a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

Jorge Luiz Alves – Diretor Administrativo – CRA-SP 92994

Nilton Cesar dos Santos – Diretor Financeiro – CRA-SP 78362

Irene Rodrigues Damasceno de Oliveira – CRC CT 1SP 182612/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** mantenedora do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA** Taubaté – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** referente ao convênio para gestão do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** referente ao convênio para gestão do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBCTG 1000-R1), e a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002-R1).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde – CEBAS, mas o processo de renovação do CEBAS está em curso no Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não refletem nenhum ajuste exigido caso não seja renovado referido certificado. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Leitura das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA** não possui personalidade jurídica própria, visto que a **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** é a responsável pela operacionalização, administração e execução das atividades e dos serviços de saúde da entidade. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente São Camilo.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade e do contrato de gestão continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2026.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira

CT CRC N° SP222941/O-8